

## **Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): Dinâmicas Políticas de Consenso e Polarização**


### **The United States from H. Bush to Donald J. Trump (1989/2017): Political Dynamics of Consensus and Polarization**

Cristina Soreanu Pecequilo<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde o fim da Guerra Fria, a política interna e externa dos Estados Unidos apresenta tendências de polarização política e fragmentação partidária, que colocam em xeque a continuidade de consensos sobre a agenda doméstica e as relações internacionais. Neste contexto, exacerba-se a transformação social e econômica originada ainda nos anos 1970 que indica o rearranjo de formas políticas em um país cada vez mais dividido. Neste quadro, fenômenos como a ascensão dos neoconservadores, a polarização programática dos partidos, a renovação e a continuidade, sobrepõem-se. O objetivo do artigo é compreender e discutir estas dinâmicas, apontando suas principais características no século XXI e de que forma as mesmas levaram à eleição de Donald J. Trump como presidente dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; Partido Democrata; Partido Republicano

**Abstract:** Since the end of the Cold War, United States internal and external policies are presenting trends of political polarization and party fragmentation, that put into check the continuity of consensus in the domestic agenda and international relations. In this context, the social and economic transformation that begun in the 1970s still is heightened which points to the reconfiguration of political forces in a country which is getting more and more divided. In this framework, phenomenon such as the rise of neoconservatives, the polarization of party projects, renewal and continuity, overlap. The goal of the article is to understand and debate this dynamics, presenting the main characteristics

 Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

of the XXI century and how it led to the election of Donald J. Trump as the President of the US.

**Keywords:** United States; Democratic Party; Republican Party

### Introdução

Em 08 de Novembro de 2016, a confirmação da vitória do candidato republicano Donald J. Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, foi apresentada midiaticamente como uma surpresa. Entretanto, a confirmação da ascensão de Trump não pode ser classificada como atípica ou inesperada, uma vez que as pesquisas de opinião pública apontavam um empate técnico entre o republicano e a candidata democrata Hillary Clinton poucos dias antes do pleito. Tal empate ocorria nos chamados “estados de batalha” (*battleground* ou *swing states* no original), cuja tradição de alternar votos entre os dois partidos majoritários, democrata e republicano, torna-os decisivos na corrida eleitoral<sup>2</sup>. As previsões de vitória poderiam ir para qualquer um dos candidatos, e a possibilidades de Trump eram concretas.

A expectativa democrata era de que a ofensiva final do partido liderada pelo Presidente Barack Obama nestes estados, nos quais se incluíam Flórida, Pensilvânia, Michigan e Ohio<sup>3</sup>, pudesse manter o domínio conquistado em 2008 e 2012. Entretanto, esta tendência não se manteve em 2016 e Clinton não foi capaz de conquistar estes votos chave, o que selou sua derrota no Colégio Eleitoral. Neste Colégio, Trump conquistou 306 de 538 votos, enquanto Clinton ficou com 232. Contudo, no voto popular Clinton conquistou 48,5% dos votos, quase 3 milhões a mais do que seu adversário.

Paradoxalmente, o candidato que mais criticou o “sistema de Washington” foi o que mais dele se beneficiou. Repetia-se, sem todas as controvérsias e acusações de fraude, o cenário das eleições presidenciais de 2000 que apresentaram esta distorção: vitória do candidato republicano George W. Bush no Colégio Eleitoral e vitória do democrata Al Gore no voto popular. Até o século XXI, esta disparidade voto popular-voto eleitoral ocorrera pela última vez em 1888. Agora, em quinze anos, pela segunda vez a distorção existia, indicando que a mobilização das bases partidárias nos estados de batalha demonstra-se mais essencial do que uma mobilização popular ampla nos estados maiores.

Repetiu-se, também, o silêncio relativo da população que preferiu sair às ruas para protestar contra a figura pessoal de Trump (com cartazes “não é meu presidente”) e não contra o mecanismo disfuncional que priva as urnas de sua voz. Com isso, em Janeiro de 2017, Trump assumiu a Casa Branca de forma legal e legítima, sendo considerado um “ponto fora da curva”. Entretanto,

mais do que uma eleição atípica, a ascensão de Trump pode ser vista como uma trajetória esperada de um país imerso em contradições sociais, políticas e econômicas a mais de três décadas. Uma observação atenta da agenda de campanha de Trump (e mesmo da dinâmica de democrata), indica elementos de continuidade com discursos prévios anti-globalização, isolacionistas, racistas e xenófobos que se reproduzem na política estadunidense desde o fim da Guerra Fria.

Diante deste cenário, é preciso compreender o porquê do fenômeno Trump, examinando a evolução republicana e democrata no pós-1989, o choque entre a incapacidade de renovação e a proposta de renovação agressiva na política que emergem desta evolução e as contradições da Era Obama (2009/2016). Por fim, apresentam-se algumas perspectivas e consequências da presidência republicana, com base em uma breve avaliação de seus primeiros seis meses.

### **O Pós-Guerra Fria: Dinâmicas Partidárias (1989/2008)**

Em 1989, o fim da Guerra Fria acentuou as cisões de política externa e interna nos Estados Unidos como resultado de um processo conjugado de transformações domésticas e internacionais. Tal processo não se inicia em 1989, mas emerge a partir da década de 1970, e se desenvolve gradualmente nas arenas sociais, políticas, econômicas e estratégicas do país. Dentre os marcos que iniciam esta agenda de mudança, inserem-se a Guerra do Vietnã (1965/1973), a ascensão de tendências associadas à multipolarização e o crescimento do multilateralismo, o movimento dos direitos civis das décadas de 1960 e 1970 com foco em questões de gênero e raça e a perda de espaço da economia estadunidense diante de outras potências capitalistas avançadas, Japão e Europa Ocidental.

Apesar desta turbulência, os Estados Unidos mantinham certa coesão em torno do chamado “Consenso da Guerra Fria”, conhecido liberal-conservador, como apontam Rosatti e Scott<sup>4</sup>. Segundo os autores, duas fases podem ser percebidas na política estadunidense ao longo da Guerra Fria: o consenso bipartidário (1947/1970), baseado na aquiescência na relação entre os poderes executivo, legislativo e a sociedade, unidos em torno de um bem maior, identificado como o combate ao comunismo e a fragmentação (1970/1989), no qual se observa o incremento das disputas bipartidárias, a reafirmação do poder do legislativo, os choques com o executivo e a ascensão de uma sociedade mais polarizada. Entretanto, esta fragmentação ainda era mantida dentro de certos constrangimentos pela continuidade da Guerra Fria, unindo o país em torno do conhecido inimigo comum, a antiga URSS. Mas em que residia o consenso liberal-conservador?

Este consenso era caracterizado pela convergência de posições entre os partidos majoritários em política externa, focada na agenda da contenção, e no

internacionalismo, associado à projeção de poder hegemônica. Esta projeção deveria se manter baseada como sustenta Ikenberry na concepção de um “Leviatã liberal”<sup>5</sup>, que utiliza de meios militares, ideológicos e institucionais para a manutenção da estabilidade internacional. Tal estabilidade sustenta-se em uma concepção de política democrática e economia capitalista, associada a uma rede de colaboração entre os Estados Unidos e seus aliados. Da mesma forma, sustenta-se no que Ikenberry define como “autorrestrrição estratégica” que é a opção norte-americana de abrir mão de poder decisivo para manter a legalidade e legitimidade de sua liderança.

Outros autores como Nye Jr e Keohane<sup>6</sup> trabalham concepções similares, definindo-as como visão internacionalista liberal. A lógica é a mesma: a hegemonia se sustenta pela interdependência, cooperação e cooptação, e não só pelo uso da força. O multilateralismo e as estruturas de poder militar criadas pelos norte-americanos reproduzem a ordem internacional e as nações que nela se inserem tendem a aderir a seus valores, uma vez que igualmente se beneficiam de seus processos negociadores e de equilíbrio de forças.

Ainda que existissem algumas diferenças táticas com relação ao uso da força entre os partidos, não havia contestação de que o país deveria manter uma postura internacional ativa para a promoção de seus interesses, evitando posturas agressivas ou unilaterais. O multilateralismo era percebido como necessário para o exercício da hegemonia por ambos, uma vez que sustentava estruturalmente a projeção de poder a baixo custo. As diferenças mais significativas residiam nas pautas de política interna e na identificação social que os partidos buscavam diante da população<sup>7</sup>.

Enquanto os democratas representavam a parte “liberal” do consenso, os republicanos identificavam-se como conservadores<sup>8</sup>. Em termos práticos, “liberal” traduzia-se como a pauta associada ao Estado de Bem Estar (EBE), no qual o governo mantém-se com um papel público ativo, provendo serviços sociais como educação, saúde, infraestrutura, e a inclusão política de grupos de interesse das mais diversas origens étnicas, raciais e de gênero. Estas visões implicam uma visão secular da política, com baixa aderência a um discurso religioso. A defesa de políticas pró-aborto são simbólicas desta convergência de valores seculares, de gênero e de direitos sociais. Por conta desta amplitude de propostas e ação inclusiva para minorias, o Partido Democrata passou a ser associado a uma visão de “esquerda” nos Estados Unidos.

Em contrapartida, os republicanos defendem a visão de um Estado mínimo, baseado na premissa de que os indivíduos devem possuir plena liberdade para buscar seus interesses econômicos. Em termos sociais, há uma identificação mais direta com posturas religiosas no que se refere a comportamentos, e uma identificação com políticas associadas a cortes de impostos, de benefícios vistos como assistencialistas, manutenção do direito

a portar armas de fogo. Em termos sociais, étnicos e raciais, em linhas gerais o partido identificava-se com a tradição “WASP”, sigla representativa de “White, anglo-saxon and protestant” (branco, anglo-saxão e protestante), sem forte apelo às minorias.

O Vietnã, porém, começaria a quebrar as bases deste consenso. A despeito da continuidade da bipolaridade Estados Unidos-União Soviética a hegemonia passou por um processo de pressões internas e externas. Ao longo da década de 1970, a sensação era de perda de poder e influência, contraposta à busca de válvulas de escape diplomáticas para retomar a iniciativa política: o engajamento da República Popular da China (RPC) nas relações internacionais e a normalização do intercâmbio bilateral, o início do processo de paz no Oriente Médio entre Israel e Egito, as negociações para gerenciar a corrida armamentista, desenvolvidos na presidência de Richard Nixon e Henry Kissinger, somados à criação da Trilateral para reforçar a interdependência entre as economias capitalistas, a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, trazidos pelo governo de Jimmy Carter e Zbigniew Brzezinski inserem-se nesta agenda. Apesar dos sucessos, em particular no Oriente Médio e com relação à China, tais iniciativas eram vistas como sinalização de recuo dos Estados Unidos no cenário.

O mesmo se estendia relativamente às políticas internas, com a busca de inclusão das minorias e correção dos rumos econômicos depois da recessão e do choque do petróleo, das demandas por mais justiça social e adequação da prática interna de direitos humanos ao discurso externo. Embora pregassem um mundo igualitário e democrático no exterior, internamente o país convivia com um apartheid social real, e com a exclusão e pressão sobre as minorias. As cisões internas, como citado, em torno de linhas de raça, etnia e gênero se mostravam bastante presentes.

Nos anos 1980, esta agenda de adaptação foi substituída por uma contraofensiva conservadora, liderada pelo Presidente Ronald Reagan (1981/1988). Esta contraofensiva encontra-se na base da ascensão das agendas neoliberal e neoconservadora nos Estados Unidos. No caso do neoliberalismo, foram lançadas no país e na Grã-Bretanha (a partir das ações da Primeira Ministra Margaret Thatcher) ações de reforma do governamental, visando o estabelecimento do Estado mínimo. Programas de privatização, abertura comercial, desregulamentação e desmonte do Estado de Bem Estar são algumas das prioridades estabelecidas no período. Tais prioridades deram forma ao chamado “Consenso de Washington” que no pós-Guerra Fria, por meio dos organismos multilaterais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, impôs estas reformas aos países em desenvolvimento como condicionantes de sua inserção internacional.

Esta agenda fazia parte da valorização do individualismo e do empreendedorismo social, temas tradicionais da cultura norte-americana

do “self-made man”, que atribuía o sucesso pessoal à desregulamentação econômica. Da parte do Estado, cortes de impostos, redução de ingerência no cotidiano da sociedade, eram outras tarefas que deveriam ser seguidas. Estas ideias contrastam com a dinâmica social da agenda neoconservadora: uma maior restrição às liberdades individuais, a presença de um elemento messiânico e religioso na vida política e social, e o estabelecimento de um conjunto de valores e princípios de condução da vida moral. Esta visão contrasta com a democrata, de cunho secular e autônoma, e que permite ao indivíduo ampla escolha sobre seu modo de vida.

Na política externa, a era Reagan foi caracterizada pela síntese dos elementos neoconservadores, que ganharam mais força nos anos 1990 e no século XXI. Segundo Poggio Teixeira<sup>9</sup>,

identificaram-se e denominaram-se quatro temas essenciais do pensamento neoconservador em política externa, constantemente presentes de alguma forma desde o seu aparecimento. São eles: unilateralismo, internacionalismo não-institucional, democracia e poder militar

Como aponta Cooper<sup>10</sup>, nem todos estes temas internos e externos estiveram presentes na agenda de Reagan, assim como mais adiante a mesma avaliação foi aplicada a George W. Bush e se estende a Trump. Afinal, não existe na visão de Cooper e Teixeira uma uniformidade ou homogeneidade no que se refere à definição de quem é ou não “neoconservador” seja em termos de política externa ou interna. Se no caso da política externa os quatro temas acima mencionados se destacam, na dinâmica interna a prevalência de um discurso religioso e valorativo, que busca os “valores familiares” se destaca.

Irving Kristol<sup>11</sup>, uma das principais vozes do pensamento neoconservador avalia que o “problema” dos Estados Unidos reside na destruição do núcleo familiar tradicional, na imigração e no excesso de liberdades de gênero, raça e etnia. Huntington traduz estas visões nos anos 1990 com base no choque entre o “ocidente e o resto” na tese do choque das civilizações<sup>12</sup> e na disputa interna pela construção do perfil étnico-racial do povo americano<sup>13</sup>. Estas avaliações focam-se na dinâmica de uma Guerra de Secessão interna que estaria opondo a sociedade WASP tradicional à emergência de uma América dominada pelas minorias.

A alusão ao conflito de 1861/1865, que opusera os Estados Unidos capitalista moderno do Norte ao Sul agrário e escravocrata, e fora ganha pelo Norte, é significativa por representar as profundas divisões sociais do país. Tais divisões emergem da mudança do perfil populacional citado, com o avanço quantitativo das minorias e da miscigenação, que pressiona os grupos mais tradicionais brancos. Outro elemento que irá compor a “secessão” no século XX e XXI é a reação anti-globalização destes grupos. O desencanto, a perda

de empregos e de renda leva à busca de válvulas de escape e culpados pela situação interna, e isso se reflete em mais polarização e preconceitos, ignorando as raízes estruturais dos fenômenos. A externalização da culpa, neste sentido, é essencial para a radicalização política em parte dos que se auto-define como neoconservadores.

No pós-1989, estas oscilações e polarizações levam à quebra do sensível equilíbrio que se mantinha, expondo as contradições latentes do país, e as linhas de fratura entre os partidos, internas a eles e seus grupos sociais. Tanto republicanos quanto democratas manterão suas linhas clássicas de pensamento, mas terão que conviver com polarizações e fragmentações internas que compõem um quadro ambíguo de ausência de renovação, renovação moderada e renovação agressiva. Para alguns autores como Kupchan e Tubowitz<sup>14</sup> este fenômeno pode ser denominado como a “morte do centro”, enquanto outros o encaram como um movimento natural de acomodação em torno de um novo contexto interno e externo como Kegley e Wittkopf<sup>15</sup>, mas que não levaria à perda de identidades sociais ou políticas da população ou dos partidos.

Examinando a trajetória dos partidos neste período contemporâneo, o que se observa, na prática, é uma mescla destas tendências: a manutenção das linhas clássicas dos partidos, em termos de política interna e, em alguma medida, de política externa, a polarização destas agendas e a busca de novas imagens, pessoas e retóricas. Portanto, os dois partidos passam por fenômenos similares: a tentativa de manter sua identidade em meio a fragmentações, que revelam disputas intrapartidárias crescentes e a renovação. Essa dinâmica torna-se mais presente sobretudo em períodos eleitorais, que englobam desde as disputas internas (como as primárias para a escolha do candidato à presidência) até as majoritárias entre os partidos para os cargos eletivos do executivo (estados e Presidência) e do legislativo (Câmara dos Deputados e Senado)<sup>16</sup>.

Analisando o Partido Democrata, desde 1989 o Partido tem oscilado entre a maior identificação com uma agenda “liberal de esquerda” e o centro. Nesta agenda “liberal de esquerda” predomina a defesa do Estado forte, assistencial e provedor de serviços, ampliando o papel na educação, saúde, infraestrutura e investimentos públicos em geral, uma pauta de inclusão ampla de minorias de gênero, raça e etnias, com perfil secular, e uma política externa internacionalista, mas pacifista. Nas relações internacionais, também se observa uma maior atenção aos temas não tradicionais como direitos humanos e meio ambiente, e a ênfase no multilateralismo e na governança global. Entretanto, não se quebra o consenso da Guerra Fria sobre o perfil da hegemonia estadunidense, suas táticas e motivações de poder.

No que se refere ao “centro democrata”, a premissa é de manutenção destas tendências, sem excesso de particularismos, com moderação, tentando preservar as contas públicas e a hegemonia ao mesmo tempo. Em termos práticos, os exemplos seriam: no primeiro caso Bernie Sanders e, na segunda,

Bill Clinton (1993/2000), Barack Obama (2008/2016) e a candidata derrotada à presidência Hillary Clinton.

Tanto Bill Clinton quanto Obama, cada um a sua época, foram representantes da renovação na política estadunidense e das bases do Partido Democrata. Ambos, Clinton e Obama, auto-definiram-se como candidatos da mudança e da esperança, baseados em seu forte carisma pessoal e em épocas de crise política, social e econômica. Enquanto Clinton concorreu na primeira eleição presidencial do pós-Guerra Fria em 1992, Obama disputou o pleito de 2008 no auge da pior recessão dos Estados Unidos desde os anos 1970 (que chegou a ser comparada com a Grande Recessão de 1929). Clinton disputou com George H. Bush, que visava a reeleição e representava a tradição clássica do Partido Republicano e Obama contra uma chapa mista: um Senador de tradição clássica, John McCain, ex-herói da Guerra do Vietnã, e Sarah Palin da nova geração republicana neoconservadora.

Deve-se destacar que Clinton e Obama eram políticos de pouca expressão até chegarem à Casa Branca- Clinton como governador de um estado pobre do Sul, Arkansas, e imerso em escândalos pessoais e políticos<sup>17</sup> e Obama como recém-Senador. Assim, isso permitiu a ambos sustentaram suas campanhas como representantes de uma “nova política” e “outsiders” do sistema de Washington, principalmente Obama.

No contexto dos Estados Unidos do século XXI, depois dos atentados terroristas de 2001, Obama se apresentou como pacifista e beneficiava-se de sua origem humilde e multirracial. Durante seus governos, Clinton e Obama, contudo, adaptaram suas agendas às demandas da presidência, mas avançaram reformas principalmente nos campos sociais- reativação do Estado de Bem Estar, maior acesso a medicamentos e assistência médica, direitos sociais e civis com maior igualdade de gênero, raça e etnia. Com isso, passaram a ser definidos, assim como Hillary, como parte da continuidade e do sistema pelas alas mais à esquerda do Partido Democrata (sob a justificativa de não fazerem o suficiente) e pelos republicanos. Esta continuidade era mais presente na agenda externa.

Uma síntese não exclusiva (ou exaustiva) desta ala mais à esquerda pode ser encontrada na pré-candidatura de Bernie Sanders, Senador pelo Partido Democrata desde 2015, e que antes se definia como “Independente” desde sua eleição em 2007. Sanders, em trajetória similar a representantes da ala mais religiosa e libertária do Partido Republicano (que, como será analisado adiante, fazem parte do movimento conhecido como “Partido do Chá”), filiou-se aos democratas como forma de alcançar maior visibilidade nacional e uma eventual candidatura à Casa Branca. A legislação eleitoral norte-americana não favorece a emergência dos chamados “partidos nanicos” ao estabelecer limites ao financiamento público, organização da eleição por distritos, dentre outros, o que leva a este fenômeno de migração de candidatos



independentes para os partidos majoritários e acentua sua fragmentação (e reforça o caráter bipartidário do sistema).

Sanders percebeu um espaço na agenda democrata para uma polarização com as visões tradicionais, estendendo as promessas de universalização da saúde, ensino público universitário, emprego aos jovens, protecionismo econômico, isolacionismo externo e necessidade de reforma ampla do financiamento de campanha e poder dos grupos de interesse. Apesar de seu apelo midiático, contudo, Sanders não conseguiu o apoio das bases do Partido Democrata entre as comunidades negra e hispânica e a classe média e brancos pobres. Paradoxalmente, o candidato que se dizia revolucionário não atendia aos anseios de reforma e inclusão social destes grupos. Entretanto, expôs as fraturas internas dos democratas, que se estendiam a estas comunidades e que em alguns estados de batalha podem ter representado a derrota de Hillary para Trump.

Tais temas, assim como uma postura populista na campanha, não são exclusivos a Trump, ou inéditos no quadro eleitoral norte-americano. Certamente Sanders e Trump tinham propostas muito diferentes no que se refere ao papel do Estado e direitos sociais e civis, mas se assemelhavam relativamente na definição de que a prioridade dos Estados Unidos deveria ser os Estados Unidos.

Este conjunto de temas reflete o que impulsiona as candidaturas de renovação agressiva na qual podem ser inseridas as campanhas de Sanders e Trump (e que possuem antecedentes entre os republicanos como será debatido): a aversão à política, a promessa de melhorar a vida dos cidadãos independente dos meios, a externalização de problemas e a não-identificação com o sistema vigente, apresentando-o como instrumental e um mal necessário para a implementação das reformas para superá-lo. Para a disseminação destes ideais existe um forte conteúdo midiático e de show, que é apresentado como revolucionário por quebrar paradigmas. Entretanto, esta quebra de paradigmas pode levar à superação da agenda reformista e a proposta de revolucionar as relações sociais e políticas, em detrimento das leis e instituições estabelecidas.

Pelo Partido Republicano, Trump não é, como já citado, um ponto fora da curva. Assim como a agenda democrata, os temas clássicos de política interna e externa republicana tem apresentado fragmentações, com a polarização de tendências, principalmente pelos neoconservadores. Tal polarização pode ser tanto na agenda doméstica, como na externa, ou uma combinação de ambas. Avaliando esta trajetória, em 1992, o governo de H. Bush enfrentou uma espécie de “fogo amigo” dos neoconservadores, na forma do *Defense Planning Guidance* (DPG).

O DPG, documento elaborado por membros do Departamento de Estado e de Defesa, dentre eles nomes como Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld, que

fariam parte da presidência W. Bush, defendia que os Estados Unidos deveriam aproveitar o fim da Guerra Fria, e em 1991, da União Soviética, que deu lugar à Rússia, para ampliar o exercício da hegemonia. Esta ampliação era defendida com base na concepção de um sistema internacional unipolar<sup>18</sup>, dominado pelos norte-americanos, no qual deveria prevalecer sua supremacia militar e o unilateralismo. O objetivo era aumentar a margem de manobra do país e estender seu controle à toda Eurásia, com ênfase nos mecanismos de poder duro. Prevalece a quebra do consenso da Guerra Fria, considerando a visão da hegemonia liberal e do multilateralismo como fraquezas, e a governança global e os novos temas como contrários aos interesses nacionais<sup>19</sup>.

Devido a divergências políticas com a Casa Branca, defensora da continuidade do internacionalismo liberal, e ao vazamento deste documento para a imprensa, o DPG não foi implementado. A derrota eleitoral de H. Bush para Clinton em 1992 contribuiu para afastar este grupo neoconservador do poder e impulsionar uma nova tática de ação visando o controle do sistema política. Esta tática consistiu em abandonar o foco nas questões de política externa e na aproximação com os movimentos sociais e grupos de interesse religiosos mais à direita, capazes de mobilizar facções eleitorais que garantiriam o acesso republicano de volta ao poder.

Em 1994, este processo resultou na identificação da agenda republicana com o “Contrato com a América” liderado por Newt Gingrich na Câmara dos Representantes. O “Contrato” estabelecia como meta uma “revolução” social nos Estados Unidos e a retomada de seus valores familiares tradicionais, estabelecendo uma coalizão política-religião. Na oportunidade, os republicanos conseguiram conquistar a maioria no Senado, composto de 100 cadeiras, de 1995 a 2007, à exceção do período 2001/2003 quando prevaleceram dois empates eleitorais (50-50) e 2001/2002 quando um Senador republicano tornou-se independente dando a maioria para os democratas (50-49). Esta maioria ainda prevaleceu de 2003 a 2007, empate entre 2007 e 2009, seguidas por maiorias democratas até 2014. O sucesso foi maior na Câmara, controlada de 1995 a 2007, e retomada em 2011 até os dias de hoje, permitindo aos republicanos quase o total controle do sistema político desde então.

Apesar destes avanços, a presidência somente foi retomada em 2000, já com uma pauta mais elaborada que a do “Contrato” e que alavancou a candidatura W. Bush a partir de 1998<sup>20</sup>: internamente o “Conservadorismo com Compaixão” (*compassionate conservatism*) e externamente, mas com valores religiosos e messiânicos a ele atrelados, o Projeto para o Novo Século Americano (PNAC). O PNAC retomava o DPG, com ampla crítica ao encolhimento dos Estados Unidos no cenário internacional, o multilateralismo e o apaziguamento de países considerados ameaças como Coreia do Norte, Irã e Iraque. Era defendida uma postura mais pragmática diante dos temas da governança mundial como meio ambiente e direitos humanos. Dentre estes, o

aquecimento global tornou-se simbólico da resistência da agenda republicana em aderir a tratados referentes a cortes de emissões, questionando-se a existência do fenômeno.

Portanto, criou-se uma interdependência concreta entre os republicanos e os movimentos mais radicais da direita norte-americana, de cunho religioso e com forte apelo anti-imigrante, anti-secularismo, contra temas vistos como “liberais” como gênero, raça e direitos. Esta radicalização colocou em xeque os moderados do partido, cujo espaço tornou-se cada vez mais escasso. A tendência somente foi acentuada a partir dos atentados terroristas de 11/09, favorecendo o ódio aos imigrantes, a exacerbação dos nacionalismos e a unilateralismo militarista que se reflete interna e externamente em discursos e práticas de violência.

Inclusive, estas posturas passaram a ter amparo jurídico como medidas de exceção como a validação da tortura como instrumento de interrogatório, o Ato Patriota que permite a espionagem de cidadãos norte-americanos, a definição de um novo status de prisioneiros por terrorismo que burla as convenções internacionais, redefinidos como “combatentes inimigos”. Na definição do Eixo do Mal e da Doutrina Bush de prevenção, que validava ataques diante de ameaças potenciais, todas estas tendências são sintetizadas.

Simbolicamente, a Guerra Global Contra o Terror (GWT) opunha os Estados Unidos aos “outros”, validando a tese do “choque das civilizações”. Da mesma forma, ela fornecia dimensão concreta ao projeto expansionista do DPG na Eurásia, tendo como justificativa o combate ao terrorismo fundamentalista islâmico em suas raízes. Em 2001, isso resultou na Guerra do Afeganistão (2001/2014), apoiada pela comunidade internacional como uma “Guerra Justa” em resposta à agressão do 11/09. Por sua vez, em 2003, eclodiu a Guerra do Iraque (2003/2011)<sup>21</sup>, uma guerra preventiva que não contou com o apoio abrangente de outras nações, apenas de aliados próximos como Inglaterra e Japão, e países menores<sup>22</sup>.

Foi neste cenário de medo e campanhas militares que W. Bush conseguiu a reeleição em 2004, mas não conseguiu emplacar um sucessor. As eleições de 2008, em meio à crise econômica, gerada pelas políticas de W. Bush que acentuaram contradições estruturais internas como o déficit comercial e público, a superextensão<sup>23</sup> e o desmonte da liderança liberal simbolizaram a fragmentação interna do Partido. Embora no campo externo tenha existido uma correção de rumos, com a retomada do multilateralismo, e a reaproximação com aliados, na política doméstica predominava a crise social, política e econômica. Diante de um adversário jovem e carismático, Obama, que havia desbancado a candidatura Clinton nas primárias, a resposta republicana já revelou suas dificuldades táticas em administrar as tendências neoconservadores.

A chapa montada, como citado com McCain e Palin, representava as tendências presentes no partido: o centro moderado, que visava a continuidade

(e simbolizava a ausência de renovação) e a renovação agressiva de Palin. Governadora do Alasca, Palin era até então uma desconhecida do grande público, mas crescera no partido com um discurso de força, religioso e familiar. Ainda que derrotados por Obama, McCain-Palin, em particular Palin, abriram espaço para a maior radicalização do Partido ao longo da presidência Obama e das eleições de 2016.

### **A Era Obama (2009/2016): Conquistas e Contradições**

Como abordado, a candidatura Obama representou uma renovação relativa em 2008, beneficiando-se do cenário de crise dos Estados Unidos. O carisma de Obama e sua associação à esperança, somada às promessas de melhora nas condições sociais da população, com maior atenção à classe média e aos pobres, teve profunda ressonância na campanha eleitoral. A promessa do acesso à educação e a universalização gratuita do sistema de saúde, a recuperação dos salários e do crescimento econômico encontravam-se na base da agenda de Obama. Na política externa, a formação de um novo pacto pela governança global e o fim da GWT e do unilateralismo e militarismo da era W. Bush simbolizavam a retomada do consenso da Guerra Fria e do perfil da hegemonia liberal.

Slogans como “a mudança na qual você pode acreditar” e o “sim, você pode”<sup>24</sup>, tornaram-se simbólicos do pleito eleitoral e se estenderam por todo o mandato de Obama, sendo parafraseadas mundialmente. Além disso, o presidente foi associado à modernidade de uma América multirracial que chegava ao poder, dando voz às minorias de todas as origens. Em meio a toda esta euforia pela chegada do primeiro presidente negro à Casa Branca e a retomada do controle do Senado entre 2009 e 2015 e da Câmara em 2009 pelos democratas, alguns fatores preocupantes foram deixados de lado.

Dentre estes, o fato de que os oponentes republicanos, apesar de toda a crise econômica e conjuntura internacional desfavorável ao país, haviam conseguido 47% dos votos contra 53% de Obama. O crescimento da influência de Sarah Palin e das correntes mais radicais do neoconservadorismo no campo religioso demonstravam a situação sensível do país, que permanecia dividido. Inclusive, nas eleições de meio de mandato de 2010 Obama já perdeu a maioria na Câmara, com a vitória republicana sendo conduzida pelo movimento do Chá (conhecido como “Partido do Chá”). Este movimento inseriu-se instrumentalmente no Partido Republicano, com uma agenda libertária, religiosa, anti-governo, anti-sistema, contra o aborto, contra a ampliação de direitos civis, gênero e raça, pró-armas, isolacionista e belicista (caso necessário), e explorou a insatisfação dos grupos neoconservadores de forma sistemática.

A indicação de Mitt Romney em 2012 para concorrer com Obama e, principalmente, Ted Cruz, que se tornou o principal adversário de Trump

nas primárias em 2016 foram exemplo do aumento da influência religiosa na pauta republicana. Igualmente, levou à indicação de Mike Pence como vice-presidente na chapa de Trump, conhecido por sua proximidade com os movimentos religiosos, compensando relativamente, esta deficiência de Trump, cuja aproximação com este grupo sempre foi insatisfatória.

Internamente, isso gerou movimentos como o “Trump nunca” e orientações para eleitores não votarem no candidato do Partido. Esta recomendação foi feita por correntes bastante heterogêneas: desde os mais religiosos e libertários, que recomendaram a abstenção no dia da eleição, até parte dos moderados e dos neoconservadores republicanos. No caso destes últimos, a recomendação foi alternada entre a abstenção e a opção por Clinton. Todos estes movimentos foram ineficientes e pode-se questionar o porquê do Partido Republicano ter aceito a candidatura Trump de uma forma tão “sistêmica”, internalizando-a. Por um lado, a resposta reside no respeito ao processo pré-eleitoral, por outro, na instrumentalização desta candidatura como tática para voltar ao poder, independente dos custos à identidade partidária<sup>25</sup>.

A agenda Trump avançou muito além dos temas religiosos (que ficaram mais limitados a questões relativas ao aborto e a crença em Deus), focando muito mais nas táticas de polarização inter e intrapartidária com um discurso baseado no medo, no preconceito e na ignorância. Este discurso xenófobo, maniqueísta, nacionalista, misógino e homofóbico, externalizando os problemas estadunidenses e indicando soluções fáceis para resolvê-los teve grande apelo em um país que não conseguiu superar suas divisões nos dois mandatos de Obama. Como citado, foi o eleitorado, que majoritariamente se concentrava nos estados de batalha que levou Trump à vitória em 2016.

O grande erro democrata foi subestimar o potencial das conquistas da presidência Obama para manter este eleitorado e a habilidade de Trump em promover a renovação agressiva. A imagem de continuidade associada à Hillary e as deficiências políticas e de carisma da ex-Primeira Dama, Senadora e Secretária de Estado foram exploradas. Nesta lista incluíam-se: a ascensão do Estado Islâmico, a intervenção humanitária na Líbia e a morte do Embaixador dos Estados Unidos no país foram os focos de Trump.

Para muitos, o que prevalecia não eram os sucessos da Casa Branca: legislações sobre crimes de ódio mais punitivas, ampliação dos direitos de gênero, reforma da imigração, extensão do acesso à saúde e educação, geração de empregos, promoção do crescimento e retomada da hegemonia com um padrão mais eficiente (a retomada das relações diplomáticas com Cuba, a pressão sobre os BRICS-Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o fim das guerras no Iraque e no Afeganistão, o Acordo Transpacífico-TPP, o tratado climático dentre outros), mas sim uma sensação de que estes sucessos aparentemente os excluía, associados às crises não resolvidas.

Na prática, principalmente no campo econômico, isso ocorria: desigual, o crescimento não beneficiava o operariado tradicional (*blue collar*) e os brancos mais pobres que permaneciam em dificuldades e desencantados. Por que fazer um Acordo Transpacífico se os empregos norte-americanos não voltaram para todos? Por que não defender o “Compre Americano, Empregue Americanos” (*Buy American, Hire American*) ao invés disso? O que adianta encerrar as guerras no Oriente Médio se os imigrantes e os terroristas continuavam em ação no país e no Estado Islâmico? E o tráfico de drogas e os imigrantes ilegais? E por que acreditar no aquecimento global se isso pode diminuir o crescimento? Estas foram algumas das perguntas colocadas, exploradas e respondidas por Trump: a culpa era da política e dos políticos de Washington, tanto republicanos quanto democratas<sup>26</sup>.

A retórica de culpar os outros, dentro e fora de casa, ganhou cada vez mais corpo com Trump, coberta pela raiva e pela negação do sistema e a autodefinição como um empresário, sem amarras políticas. Parte da atual demagogia nos Estados Unidos, e em outros países, com relação à dinâmica da política, reside na autonegação da mesma, identificando-a como fonte de ineficiência e corrupção. A mensagem do “novo” que não estaria contaminado pelos vícios da política como relação social que somente objetiva a conquista do poder repete-se de forma constante, assim como a ideia de que não existiriam lideranças ou projetos em choque (e que estes projetos possuem natureza e prioridades diferentes).

Empobrece-se com esta instrumentalização a capacidade do diálogo e do debate, buscando sempre as polarizações e a agressividade, e a promessa de atender aos interesses particulares de cada grupo. Em 1995, essa tendência era identificada pelo ex-Assessor de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski, ao comentar que “a cena política global é dominada pela retórica e valores que são orientados principalmente para o consumo e que priorizam a auto-gratificação pessoal como objetivo (...) da vida política (...) o resultado é uma crise global do espírito.”<sup>27</sup>

Na política externa, a agenda Trump seguiu o mesmo caminho de explorar tensões e externalizar crises. Os principais países que foram alvo das críticas do candidato foram a China e o México, que seriam responsáveis pela desindustrialização e o déficit comercial pelo excesso de exportações (China) e pelo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (México com o NAFTA). A imigração ilegal mexicana, por seu lado, afetaria não só o emprego, mas a violência (narcotráfico e roubos), assim como as dos cidadãos de origem muçulmana. Com isso, era preciso barrar a entrada de imigrantes e deportar os ilegais.

A União Europeia apenas explorava econômica e estrategicamente os Estados Unidos e deveria pagar mais por sua segurança na Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao lado do Japão, e a Coreia do Norte e o Irã continuavam ameaçando o país. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, do mesmo teor. A agenda da “América Primeiro” (*America First*) e de “fazer a América grande novo” (*make America great again*), não era isolacionista, e sim nacionalista, unilateral e potencialmente militarista.

Muitos ataques de Trump, de caráter de profunda violência verbal, foram tratados como um *reality show* em andamento, e também subestimados e pouco atacados pelas forças progressistas. Independente do direito de expressão ser algo garantido nos Estados Unidos pela 1ª Emenda à Constituição, não se deve confundir opinião com pregação à violência. Historicamente, as falas de Trump encontram semelhanças em períodos mais conflituosos do sistema internacional e nos Estados Unidos, e questiona-se o porquê de não terem sido mais contestados, até com recurso a processos judiciais. Prevaleceu o silêncio e o apaziguamento a Trump, visto como uma caricatura, o que demonstra a subestimação de seu potencial político.

Este não é um fenômeno exclusivo aos Estados Unidos: o mesmo se encontra enraizado como tendência global, bastando observar o crescimento das tendências de direita e polarizações contemporâneas. A saída do Reino Unido da União Europeia (o BREXIT), a chegada de Marine Le Pen ao segundo turno nas eleições presidenciais francesas, o crescimento da direita alemã, a ampliação da influência das bancadas religiosas em diversos países, incluindo o Brasil, podem ser listados como exemplos.

Trump chegou à Casa Branca, nas condições já expostas de descolamento entre o voto do colégio eleitoral e o popular. Contudo, ganhou a eleição, assim como W. Bush em 2000. Os republicanos conquistaram a maioria na Câmara, Senado e nos governos estaduais, ampliando seu domínio sobre o sistema político, validando a agenda polarizada e radical de campanha. Neste contexto, argumentou-se que a partir de Janeiro de 2017 haveria uma adaptação dupla: de Trump ao sistema e do sistema a Trump. Os primeiros seis meses de governo demonstram a complexidade e as limitações desta avaliação.

### **Trump: Perspectivas e Consequências**

A posse de Trump e suas subsequentes medidas somente podem ser analisadas conjuntamente no atual contexto, ainda que respondam a temas estruturais dos Estados Unidos como visto. Em uma primeira avaliação pode-se indicar que a despeito dos constantes conflitos com a imprensa e da sombra recorrente de pedidos de impeachment<sup>28</sup> por acusações diversas como interferência em investigações do FBI, ingerência de países estrangeiros (Rússia) nas eleições, falta de transparência, dentre outros, a presidência Trump demonstra coerência com suas propostas de campanha. Esta coerência se estende ao comportamento e estilo pessoal do presidente, que não se alterou no cargo.

As críticas ao sistema são mantidas, enquanto se faz uso do mesmo para agradar as bases eleitorais. Por sua vez, o sistema absorve Trump. Nos primeiros 100 dias de governo, e nestes seis meses iniciais, isso se traduziu na frequente utilização de mecanismos institucionais como as Ordens Executivas, para implementar as medidas desejadas e revogar as ações de Obama. Neste sentido, vale a pena listar algumas destas Ordens Executivas e os desenvolvimentos a elas atrelados na tabela abaixo<sup>29</sup>:

ORDEM EXECUTIVA	STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO
Encerramento dos programas de saúde e redução do financiamento para projetos de acesso a medicamentos e tratamento médico	Em andamento- Anunciado o fim do Obamacare e a implementação da proposta republicana
Encerramento das negociações do TPP	Finalizada com sucesso
Suspensão da Participação dos Estados Unidos no Acordo de Paris (tratado climático)	Finalizada com sucesso
Apresentação do novo Plano de segurança das fronteiras e melhorias nos programas de imigração. Prioridades: construção do muro na fronteira entre Estados Unidos e México, combate sistemático à entrada de imigrantes ilegais, deportação dos imigrantes ilegais em território norte-americano, endurecimento dos procedimentos alfandegários para cidadãos de qualquer nacionalidade, mesmo com visto e banimento das viagens de cidadãos de origem muçulmana aos Estados Unidos, com suspensão de vistos, processos de concessão de asilo e auxílio a refugiados, e a proibição da entrada em território norte-americano (Líbia, Sudão, Somália, Síria, Iraque, Irã e Iêmen)	Em andamento- implementação parcial das medidas de restrição a viagens devido a ações da Suprema Corte. Disputas sobre a inconstitucionalidade das propostas. Resistência dos chamados “estados santuário” que se recusam a implementar a lei federal como Nova Iorque e resistência da sociedade civil. Tensões com o México e países vizinhos. Aumento das deportações e da proibição de entrada de cidadãos nos Estados Unidos. Restrição a emissão de vistos.
Suspensão das contratações de funcionários para o governo federal;	Finalizada com sucesso
Suspensão do orçamento federal destinado ao auxílio ao aborto;	Finalizada com sucesso
Promoção da segurança interna nos Estados Unidos;	Em andamento



Retomada da construção de oleodutos em território norte-americano, que haviam sido suspensas por questões ambientais (Keystone XL e Dakota);	Finalizada
Estudos para a construção de novos oleodutos nos Estados Unidos com uso de materiais e equipamentos produzidos no país quase que exclusivamente;	Em andamento
Desregulamentação dos ônus para a implementação de indústrias e produção de manufaturas nos Estados Unidos;	Finalizada com sucesso
Aceleração da elaboração dos estudos de impacto ambiental em projetos prioritários de infraestrutura e modificação das exigências previstas, visando a facilitação dos processos;	Finalizada com sucesso
Nomeação do juiz conservador para a Suprema Corte Neil M. Gorsuch para a vaga do também conservador Anthony Scalia;	Finalizada com sucesso
Reformulação do sistema financeiro para facilitação e desregulamentação das atividades dos indivíduos e instituições financeiras;	Em andamento
Reformulação do <i>National Security Council</i> , principal órgão assessor da presidência.	Finalizada com sucesso

Trump mantém o calendário regular de atividades e viagens ao exterior tradicionais a qualquer presidente. Apesar das inúmeras gafes diplomáticas apresentadas pela imprensa nas oportunidades em que visitou chefes de governo e de Estado ou participou de reuniões multilaterais como as da Cúpula da OTAN e as do G-20 financeiro, muitas das promessas de campanha foram realizadas e agradaram a base eleitoral: a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris e as manifestações inflamadas contra o terrorismo são exemplos.

No campo bilateral, as tensões com o México permaneceram, não se chegando a nenhum ponto de convergência mais sólido. Permanece a tentativa de revisão e suspensão do NAFTA, para a qual a Casa Branca depende do legislativo, e as disputas sobre a construção do Muro e segurança da fronteira e tratamento dos imigrantes. Com a China, divergências recentes relativas ao Mar do Sul da China (MSCh), com os norte-americanos criticando as demandas por soberania deste país na região permanecem, assim como as relativas ao suposto

apaziguamento chinês da Coreia do Norte e vendas de armas a Taiwan. Este clima negativo é contrastado por acordos comerciais selados em Abril e Maio de 2017, a partir da visita do Presidente Xi Jinping aos Estados Unidos. Dentre estas, encontra-se a abertura parcial do mercado de serviços chinês aos Estados Unidos, com foco em atividades de cartões de crédito e sistema bancário, e a abertura do mercado chinês às exportações de carne bovina estadunidense. Igualmente foram mantidos encontros de alto nível como o do Primeiro Diálogo Diplomático e de Segurança realizado em Junho em Washington.

Paralelamente, Trump repetiu ações de seus antecessores: bombardeou unilateralmente a Síria, em resposta a um suposto ataque químico na guerra civil em andamento, pressiona a Coreia do Norte e o Irã, deu declarações que recuperaria o processo de paz Israel-Palestina, dentre outros. Com a Rússia, trafega entre a aproximação e escândalos de aproximação indevida ao país durante a campanha presidencial, eventuais interferências de hackers russo e assim por diante.

Internamente, os objetivos têm sido alcançados sem grandes problemas, vide a maioria republicana no legislativo. No gabinete, Trump mantém próximos seus principais aliados, inclusive indivíduos associados a grupos supremacistas brancos. Um ponto controverso permanece a questão da implementação de um novo sistema de saúde (em andamento como visto na tabela). Ainda assim, aplica-se a mesma lógica das questões internacionais: satisfazer as bases radicais com medidas de cunho religioso (como o corte de recursos públicos para aborto e saúde da família) e críticas às minorias de gênero e raça.

Toda esta agenda, e sua prática, indica que não se deve subestimar Trump. A instrumentalização do poder para alcançar objetivos domésticos, em particular no campo social e de Bem Estar, suplanta a insatisfação do Partido Republicano, e suas disputas e fragmentações internas, demonstra o uso tático do poder pelas diferentes facções presentes nos quadros partidários. A grande questão é até quanto esta unidade se manterá, especialmente em 2018, ano eleitoral de renovação parcial da Câmara e do Senado.

A outra interrogação é de que forma o Partido Democrata buscará sua renovação, exposto as suas desuniões e fragmentações. A frágil liderança de Hillary Clinton, alavancada na campanha pelos ex-presidentes Bill Clinton e Obama, não demonstra potencial para assumir este espaço. A figura folclórica de Bernie Sanders parece ter se esvaziado. Por sua vez, Obama mantém-se na mídia, mas conseguirá atuar politicamente para renovar o partido?

A expectativa de um “novo Obama” existe, embora tente ser dissipada pelo partido e apesar da insatisfação de parte da população com Trump, não existem vozes que pareçam representá-las. A percepção do eleitorado mais secular, moderado, e composto por minorias, é de um certo descolamento entre o que o partido fala e o que potencialmente realiza. Na ausência de lideranças para mobilizar as bases, prevalece o vácuo de ação para defender a agenda

tradicional do partido, incorporar as demandas de renovação e eficiência tática para retomar (e manter) o poder no executivo e no legislativo. Tarefa que, a despeito de seus rachas, os republicanos conseguem fazer.

### **Considerações Finais**

Desde o fim da Guerra Fria os Estados Unidos são um país dividido, que expõem cada vez mais explicitamente contradições cujas origens datam das transformações sociais, políticas e econômicas que se desenrolam desde os anos 1970. Essas transformações provocam oscilações eleitorais e demandas polarizadas de parte da população que tem sido absorvidas pelos partidos de maneira diferente e com diversos graus de eficiência. No legislativo, a vantagem tem sido majoritariamente republicana, mesmo no senado que apresenta fases de equilíbrio, e no executivo, à exceção do período Obama, a dinâmica também os favorece.

Se Trump reverterá todas as políticas domésticas de Obama ou se não conseguirá permanece em aberto, mas as primeiras sinalizações no campo dos direitos civis, sociais e meio ambiente indicam que o sucesso tem sido razoável. O mesmo se aplica a questões internacionais. A retórica e a prática parecem caminhar no sentido de trazer prejuízos à liderança norte-americana, baixando sua eficiência pelo unilateralismo e belicismo como em W. Bush. Mas, em termos abrangentes, permanece em debate se representa uma quebra definitiva do Consenso da Guerra Fria quanto à hegemonia liberal. As medidas pontuais de Trump contra aliados e o multilateralismo poderão representar uma desconstrução hegemônica mais ampla?

Classificar Trump como neoconservador, conservador ou um carona (*free rider*) do Partido Republicano indica que o atual presidente poderia se inserir com mais facilidade no terceiro nível. A instrumentalização de Trump de ambos os discursos, e sua síntese no que foi definido no texto como renovação agressiva, revelam a eficiência de um político carismático e assessores de marketing, que souberam captar a insatisfação de parte do eleitorado, identificar os pontos fracos dos democratas e atuar pragmaticamente para ganhar a eleição nos estados de batalha. O discurso demagógico anti-política e anti-sistema foi muito bem explorado por Trump e sua figura de empresário e *outsider* (lembrando que Clinton em 1992 e Obama em 2008 fizeram o mesmo). No sistema estadunidense, o voto popular importa pouco quantitativamente, e sim qualitativamente, e os republicanos conseguem explorar esta dinâmica melhor que os democratas.

Nenhum movimento político é homogêneo, seja o neoconservador, a esquerda do Partido Democrata, ou o centro conservador e liberal de ambos os partidos. Não há um ponto fora da curva, mas sim mudanças e adaptações a novas conjunturas políticas, sociais e econômicas, com maior ou menor eficiência. Trump apenas soube ser eficiente e responder com críticas e soluções

fáceis às demandas eleitorais e instrumentalmente cooptar o partido republicano em torno do objetivo da conquista do poder. Os impactos e as consequências estruturais, positivas ou negativas, de seu termo à frente da Casa Branca estão apenas em seu início.

### Notas

1 Professora de Relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo, do PPGRl-San Tiago Dantas UNESP/UNICAMP/PUC-SP, EPI UFRJ e Ciências Sociais UNESP-Marília, Pesquisadora CNPq e NERINT/UFRGS. e-mail: crispece@gmail.com

2 Por sua vez, também existem estados que são fieis eleitoralmente aos partidos, e não mudam seus votos ao longo da história: os estados “azuis” são tradicionalmente democratas, enquanto os “vermelhos” definem-se como republicanos.

3 Também são considerados “estados de batalha”: Nevada, Arizona, Iowa, Carolina do Norte, Colorado, Minnesota, Wisconsin, Virginia, Maine, Louisiana, Kentucky e Georgia. Somados aos mencionados, Flórida, Michigan, Ohio e Pensilvânia, eles compõem 205 dos votos totais do Colégio Eleitoral.

4 ROSATI, Jerel and SCOTT, James M. *The Politics of United States Foreign Policy*. Boston: Wadsworth, 5<sup>th</sup> ed. 2011

5 IKENBERRY, G. John. *Liberal Leviathan*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2011

6 Ver NYE JR., Joseph S. *Bound to lead*. Basic Books, New York. 1990 e KEOHANE, Robert O. *After hegemony*. Princeton: Princeton University Press, 1984

7 A evolução do sistema partidário desde o século XVIII até o seu perfil contemporâneo pode ser encontrada em MAISEL, L. Sandy. *American political parties and elections- a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press. 2007. No texto, o perfil partidário abordado refere-se às identidades assumidas por democratas e republicanos a partir do século XX em diante.

8 MAISEL, 2007.

9 TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. “Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 50 (2), 2007. p. 80-96

10 COOPER, Danny. *Neoconservatism and America foreign policy- a critical analysis*. London and New York: Routledge. 2011.

11 KRISTOL, Irving. *Neoconservatism- the autobiography of an idea*. Chicago: Elephant Paperbacks. 1995.

12 HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1997.

13 HUNTINGTON, Samuel. *Who are we?* New York: Simon and Schuster. 2005.

14 KUPCHAN, Charles A. and TRUBOWITZ, Peter L. “Dead center- the demise of liberal internationalism in the United States”. *International Security*, 32 (2) Fall 2007. p. 7-44

15 KEGLEY, Charles W. and WITTKOPF, Eugene R. *American foreign policy- trend and transformation*, St. Martin’s Press, NY, 5th ed., 1996.

16 CONTRERA, Flavio. “Política Externa Norte-Americana no pós-Guerra Fria: como se posicionam democratas e republicanos? Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos

17 Em seu mandato, nos anos de 1998 e 1999, Clinton passou por um processo de impeachment por causa de seu relacionamento com a ex-estagiária da Casa Branca Monica Lewinski, com quem teria tido um caso e mentido. Contudo, acusações de assédio sexual não eram inéditas em sua trajetória política desde o início de sua carreira, vide o caso Paula Jones. Além disso, tanto Bill quanto Hillary Clinton tiveram de enfrentar acusações de corrupção no governo de Arkansas. Estas acusações foram retomadas na campanha eleitoral de 2016 contra Hillary, mas nada foi provado até os dias de hoje. Bill Clinton, apesar de todas estas questões, saiu da Casa Branca com mais de 60% de popularidade e legou a seu sucessor W. Bush um país equilibrado financeiramente e em crescimento econômico.

18 KRAUTHAMMER, Charles. “The unipolar moment”. *Foreign Affairs*, 70(1) Winter 1990/1991. p. 23-33

19 KAGAN, Robert and KRISTOL, William (ed). *While America Sleeps*. San Francisco, Encounter Books. 2000 e KAGAN, Robert and KRISTOL, William (ed). *Present dangers- crisis and opportunity in America foreign and defense policy*. San Francisco, Encounter Books. 2000

20 Lembrando que o período também corresponde ao processo de impeachment de Clinton.

21 Para as consequências e desdobramentos VISENTINI, Paulo Fagundes. *O Grande Oriente Médio- da descolonização à Primavera Árabe*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2014.

22 Devido ao foco e extensão deste texto, estes temas não serão desenvolvidos em profundidade. Recomenda-se PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 3ª ed 2011 e PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2013.

23 Conceito desenvolvido por Paul Kennedy, referente ao gap entre recursos e responsabilidades da hegemonia. KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1991.

24 Em inglês, change we can believe in e yes, we can.

25 Ver o texto de Carlos Gustavo Poggio Teixeira e José Felipe Ribeiro Calandrelli para esta discussão, também publicado neste dossiê.

26 THUDIUM, Guilherme e ALVES, João Paulo. “A Ascensão de Donald Trump: perspectivas para a política externa e de segurança dos Estados Unidos”. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/02/Boletim-de-Conjuntura-NERINT-Vol-1-N-4.pdf>. Acessado em 05 de fevereiro de 2017. p. 7-17

27 BRZEZINSKI, Zbigniew. *Out of Control*. New York: Touchstone. 1995.

28 Até as eleições de meio de mandato de 2018, os republicanos manterão o controle das duas casas do Legislativo. É improvável que o impeachment ocorra neste biênio inicial de gestão. O resultado eleitoral de 2018 poderá trazer uma nova articulação política em 2019, já visando a sucessão presidencial de 2020.

29 Não se trata de uma lista exaustiva, mas sim uma seleção das prioridades de Trump na Casa Branca, e que detém maior impacto na política interna e externa dos Estados Unidos.

Recebido em 06/04/2017

Aprovado em 22/09/2017